

THE FUTURE OF TRAUMA THEORY. CONTEMPORARY LITERARY AND CULTURAL CRITICISM

**Gert Beulens, Sam Durrant & Robert Eaglestone
(Eds.), Routledge, 2014. 182 pp.**

Pedro Moura*
pedrovmoura@gmail.com

Desde a sua fundação que a área conhecida por ‘Estudos do Trauma’ (*Trauma Studies*) tem sido não apenas alvo de expansões sucessivas como cada um desses passos tem sido recebido com alguma controvérsia. O problema reside no próprio termo, elástico o suficiente para ter transitado da esfera física para a psicológica e, mais tarde, para a cultural. O seu desdobramento interno tem sido contínuo, sucessivo, tornando a própria condição do que se constitui enquanto traumatogénico mais inclusiva, não num sentido de inclusão passiva ou automática, mas numa problematização política de agência, atenção crítica dos mecanismos conducentes ao trauma e ainda ao próprio quadro de sintomas analisáveis.

O presente volume reúne ensaios produzidos no seio de um projeto do *Centre for Literature and Trauma* da Universidade de Ghent (LITRA), o qual tem tido um nível de produção intenso e interpelante no questionamento e nesta expansão teórica e metodológica dos Estudos do Trauma. Encontraremos aqui textos quer de nomes já clássicos e recorrentes nesta linha de inquirição, sobretudo no seu cruzamento com os estudos literários, como Dominick LaCapra e Robert Eaglestone, e

alguns dos autores contemporâneos que mais têm procurado fazer infletir-la com os estudos pós-coloniais, caso de um dos editores, Gert Beulens, e um dos contribuidores, Stef Craps (diretor do LITRA). Aliás, Beulens e Craps foram co-editores de um número especial de *Studies in the Novel* (vol. 40, no. 1 & 2, Primavera-Verão de 2008), dedicado aos “Postcolonial Trauma Novels”. Na introdução a essa revista acadêmica, os editores alertavam precisamente para o afunilamento metodológico dos Estudos do Trauma na “psicologia individual” (2008, p. 4), e quão necessária era uma refocalização mais abrangente em termos de agência, sujeito e disciplinas para que se corrigisse, escrevem eles, “as tendências individualizantes, psicologizantes e, em última instância, des-politicizantes, características dos modelos de terapia do trauma no Ocidente” (2008, p. 4). Michael Rothberg, no prefácio a este volume, apresenta também a necessidade de ir além dos meros papéis de “vítima e perpetrante”, não para os eliminar, mas antes para “recalibrar a compreensão da história e da subjetividade humanistas” (2014, p. xvi), levando assim a um “sujeito implicado” (p. xv).

Se as metodologias, objetos de estudo e mesmo posicionamentos teóricos são distintos entre estes autores, o que os une nestas novas pesquisas do trauma poderia ser embandeirado pela questão da *subjetivização*. Que sujeito é passível do trauma? Que sujeito é criado pelo trauma? Que tipo de subjetivização está implicada pela emergência do trauma ou pela sua resolução?

Desde o primeiro momento da cunhagem deste território metodológico que é possível identificar algumas vozes dissonantes em relação àquilo a que alguns críticos já chamaram de ‘Cânone do Trauma’. Afinal, se aceitarmos que a fundação oficial desta área de trabalho é a coleção editada por Cathy Caruth, *Trauma: Explorations in Memory* (1995), é já nessas páginas que encontraremos um decisivo ensaio que contribui para a expansão do conceito. Laura S. Brown, polinizando o conceito de trauma com o seu trabalho de terapeuta profissional, infletido pelo feminismo, encaminha a uma moldagem do trauma para uma esfera do cotidiano, do ‘pervasivo’ na vida das mulheres nas sociedades ocidentais urbanas contemporâneas (mormente a americana, palco do

trabalho de Brown). Com *Worlds of Hurt*, Kali Tal (também de 1995), desviava, por assim dizer, o óculo dos *Trauma Studies* para outros palcos que não o do mundo usualmente tornado objeto de estudo. É no seguimento desses esforços, e também nos das críticas endereçadas pelo trabalho de Susannah Radstone ou Ruth Leys, por exemplo, que os Estudos do Trauma têm aberto a sua atenção não apenas para com as questões morais, éticas e culturais, como também a necessidade de assegurar a justiça económica, social e política das situações passíveis de descrição sob a palavra ‘trauma’, que pode ser empregue no ‘Primeiro’ e no ‘Terceiro Mundo’, a nível individual e coletivo, em relação a acontecimentos históricos pontuais ou processos prolongados ainda em curso na contemporaneidade.

A necessidade de ir para além de um Americano-Eurocentrismo é imperativa. A ideia de que existem locais, sociedades ou culturas que não são permeáveis ao trauma ‘porque estão habituadas’ (à guerra, à miséria, à fome, aos conflitos, etc.) não pode ser uma desculpa para com um desequilíbrio de análises e estudos. Como reflete uma das personagens de *The Memory of Love* de Aminatta Forma (citada por Stef Craps no seu texto), ao responder a um forasteiro, “Tu chamas-lhe distúrbio [*disorder*], meu caro. Nós chamamos-lhe *vida*.” E não foi necessário que o conceito de *biopolítica* emergisse para nos inteirarmos que ‘vida’ não é um sinónimo para quem a vive e para quem a controla e dispõe. Assim como para quem a poderá analisar em termos culturais.

A banalização estrutural dessas ‘outras’ vidas, num hábito ao trauma, é uma dupla violência exercida sobre essas populações, cujas consequências são gravosas em vários planos. Nouri Gana, num ensaio interpelante e que esperamos seja influente no alerta e na correção dessa banalização, explicita essas consequências como sendo “a marginalização das próprias noções de justiça, reparação política e perdão, sem as quais nenhum sentido significativo de subjetividade, comunidade e solidariedade transnacional, por mais precárias que sejam, possam ser incutidas e alimentadas nos sobreviventes de violência extrema e na geração que se segue” (2014, p. 8).

Uma das outras consequências é a perda da voz, da própria

possibilidade de expressão natural, caminho certo que levaria não só à justiça social, mas igualmente política e econômica. Lyndsey Stonebridge, estudando o papel dos refugiados à luz dos escritos de Hannah Arendt, explicita: “Perder a própria língua não é apenas ser-se negado de uma ancoragem linguística à nação e tradição, mas também significa perder ‘a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos, a expressão sem obstáculos dos sentimentos’” (2014, p. 115, citando Arendt).

Se o conceito de biopolítica não foi necessário para o entendimento do problema, ele é instrumental para a recalibração mais cuidada da agência e objeto de atenção do trauma. E está no centro deste projeto de re-subjetivização do sujeito do trauma que se encontra no âmago deste textos. Possivelmente os três ensaios mais teóricos da coleção são os de Jenny Edkins, Lyndsey Stonebridge e de Pieter Vermeulen. A primeira endereça a sua discussão em torno da distinção entre um tempo “cronológico” e um tempo “messiânico”, entrando num diálogo direto com Agamben e Benjamin. O trauma, de acordo com Edkins, permite a introdução de um espaço de resistência contra a hegemonia do poder soberano, já que o “tempo do trauma e as práticas de memória são um local fulcral do enfraquecimento do poder soberano” (2014, p. 128). A ordem social e simbólica pretende elidir a própria possibilidade do trauma. Edkins inscreve-se plenamente na teoria de Caruth de que o trauma é absolutamente inenarrável, indizível e irrepresentável. Independentemente de o trauma poder ser visto de outra perspectiva, que o subtraia ao evento-em-si (isto é, à confusão entre *trauma* e *evento*, o pomo de discórdia das duas grandes escolas dos Estudos do Trauma), a ensaísta pretende sublinhar que é na identificação ou na visibilidade da falha, da ferida, que emerge uma subjetividade, a que chama de “o próximo” [*neighbour*] que se escapa do poder soberano. E o esforço político dessa subjetividade independente é uma realidade, cujo nome é “vida quotidiana” (2014, p. 138). Contrária, mas não paradoxalmente, em “The Biopolitics of Trauma”, Vermeulen discute a obra de Foucault e as respostas de Roberto Esposito para sublinhar como essa vida quotidiana é já um palco de um “poder capilar, o qual se dissimula como mera gestão ou burocracia, e regula populações através de uma saturação

impercetível” (2014, p. 144). É a consciência e análise desse poder perverso e contínuo, que nos fará entender a presença de um “trauma estrutural na vida metropolitana contemporânea” (2014, p. 145) que permitirá, por sua vez, um esforço de ‘descolonização’, projeto maximal e último, afinal, do volume como um todo.

Stonebridge, como vimos, parte da obra de Arendt para estudar o papel dos refugiados, os quais criam um paradoxo na medida em que os “direitos humanos” implicam a transformação de uma pessoa (indivíduo) num “ser humano em geral”.

O conjunto dos ensaios, para além de alguns casos de estudo já vistos como basilares (o Holocausto ou o 11 de Setembro) apresentam vários outros sobre locais usualmente fora da consideração ‘automática’. Encontraremos como objeto de análise a poesia talibã, a Partição da Índia, o Museu do Genocídio Tuol Sleng em Phnom Penh, o kudu de Angola, a literatura da Guerra Civil do Líbano, a literatura pós-Apartheid da África do Sul, as atividades de expressão dos refugiados num campo da Austrália, e ainda, no ensaio final de Roger Luckhurst (autor do introdutório mas fundamental *The Trauma Question*), a ficção científica. A consideração de géneros ou de formas de expressão usualmente entendidas como ‘populares’ é uma das linhas ainda sub-desenvolvida nos Estudos do Trauma (se bem que existam variadíssimos artigos nesse sentido). Luckhurst, partindo de Alvin Toffler, clássicos da ficção científica e obras contemporâneas, encerra a questão no seu ponto mais premente, de novo em relação aos contornos do sujeito e a sua relação com a noção de trauma. Pergunta o autor, “se o choque do futuro acaba por reconfigurar a individualidade [*selfhood*] e os limites do humano, não teriam igualmente os modelos do trauma de mudar?” (2014, p. 161). Esta é a questão central: menos do que importar modelos criados numa determinada circunstância e procurar como é que sujeitos de outro enquadramento cultural ou político se encaixam nele – ao ponto de não serem sequer elegíveis – importa antes reconsiderar as limitações e configurações do próprio modelo (os seus elementos constitutivos, os sintomas, as metodologias de deteção, resolução e integração) às circunstâncias específicas e expressivas do sujeito.

A abertura do campo dos Estudos do Trauma tem sido feita em várias frentes. Apenas a título de exemplo, em 2007 Karyn Ball editou uma outra coleção cruzando a Teoria do Afeto com os Estudos do Trauma, levando a uma expansão significativa de ambos os campos (*Traumatizing Theory. The Cultural Politics of Affect In and Beyond Psychoanalysis*). A abordagem interdisciplinar de *The Future of Trauma Theory* é o único caminho possível para a criação de uma rede de solidariedade metodológica e de objetos, a qual necessariamente refletirá ou conduzirá a uma solidariedade entre sujeitos e à emergência de respostas que, se jamais completas e definitivas, serão mais integrantes e abrangentes, assim como mais informadas pela empatia.